

## Resolução 01/CD/Proifes-Federação/2024

Orientações aos sindicatos federados sobre o processo de negociação nas Mesas Setoriais (Carreira) e dá encaminhamentos.

O Conselho Deliberativo (CD) do Proifes-Federação, reunido em Brasília (DF) em 23 de fevereiro de 2024, ao debater sobre o processo de negociação com o governo federal, ocorrido especialmente na **3ª Reunião da Mesa Específica e Temporária** da área de Educação, realizada no dia 22/02/2024, cujo eixo de discussão foi a **Carreira do Magistério Federal<sup>1</sup>** (Magistério Superior e EBTT) (**3ª Mesa**), em consonância com o 13º artigo do estatuto vigente do Proifes-Federação, a partir das informações que seguem, resolve estabelecer as seguintes orientações:

### 1 – Conjuntura política: *um cenário que permanece preocupante*

Há pelo menos três elementos a serem considerados para uma propícia observação sobre a quadra atual da tática de luta da Federação: o estágio atual da luta política, que mostra o visível enfraquecimento do Estado Democrático de Direito; o aspecto fiscal, cujo Arcabouço Fiscal é o expoente mais visível; e a “batalha orçamentária”, que mostra um país aprisionado pelos interesses do “Centrão”.

Com relação à luta política, é fundamental compreender que a vitória apertadíssima de Lula contra o fascista Bolsonaro (50,90% x 49,10%), foi, de fato, histórica, dada a conjuntura que aconteceu, mas não se refletiu na Câmara de Deputados, onde o partido liderado por Bolsonaro, elegeu 99 deputados, tornando-se o maior partido da Câmara, enquanto o bloco mais progressista, formado pela Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV), elegeu 81 deputados<sup>2</sup>. Além disso, no Senado, a eleição de 8 senadores do PL, tornou a bancada deste partido (12 senadores), uma das maiores, restando ao PT, único partido da Federação que elegeu senadores, 8 cadeiras.

<sup>1</sup> A carreira do Magistério Federal foi criada, após extensas negociações, pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Ressalte-se que o acordo prévio que criou uma nova carreira foi assinado, inicialmente, exclusivamente por nossa Federação.

<sup>2</sup> Em fevereiro de 2024, a bancada do PL continua a ser a maior (96 deputados) e a FBE manteve as 81 cadeiras. A maior bancada é a do bloco União/PP/Federação PSDB-Cidadania/PDT/Avante/Solidariedade/PRD, com 162 cadeiras; seguida do bloco MDB/PSD/Republicanos/Podemos, com 142 parlamentares; o PL, tem 96 cadeiras; a Federação Brasil da Esperança, 81; PSB, 14 deputados; a Federação PSOL-Rede, 14; e o Novo, com 3 deputados. (Fonte: Portal da Câmara de Deputados, 2024).

Os resultados propiciaram ao campo reacionário e fascista, urdir, em conluio com segmentos importantes das Forças Armadas e do empresariado, uma tentativa de Golpe em 8 de janeiro de 2023, que fracassou diante de um amplo alinhamento das forças democráticas. Mas a extrema-direita não arrefeceu e, com o apoio tácito do presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vem acoassando constantemente o governo e tem permitido o travamento das pautas mais avançadas.

Entretanto, cabe ressaltar que o governo, eleito por um amplo leque de forças democráticas, tem como seu núcleo central, a classe dos trabalhadores, já que esta, nas suas diversas representações, defendeu resolutamente a eleição de um presidente que atua no campo democrático e popular e posteriormente fez frente à tentativa de Golpe, defendendo o Estado Democrático de Direito. Esta classe, que sofre permanente recuo nos seus direitos e nos seus salários, não pode ser colocada em segundo plano.

A resposta do governo ao estrangulamento da economia, feito pelos 4 anos de devastação econômica, foi a costura de uma proposta que mantém os pilares da política econômica liberal, calcada no chamado “tripé macroeconômico”, que vem norteando a política fiscal brasileira desde os anos 1990. O “arcabouço fiscal”, o novo regime fiscal, que substituiu o famigerado “teto dos gastos”, significou uma moderação do “torniquete fiscal”, mas manteve a base deste, o que foi expresso no “déficit zero”, defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), que, na prática, impõe graves restrições a retomada do crescimento.

## **2. Aspectos estruturais: o orçamento da União**

Com relação ao Orçamento, é um espaço de luta política que em 2020 recebeu um novo elemento, com a aprovação do que ficou conhecido como “orçamento secreto”, permitindo o literal “sequestro” dos recursos públicos, a serem aplicados em políticas públicas, pelos deputados, algo absolutamente inédito na história desse país e até mesmo no mundo, fazendo com que 25% do Orçamento da União, esteja comprometido pelo “orçamento secreto”, com impactos devastadores sobre os investimentos públicos e com forte rebatimento na política de custeio do governo federal<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> As emendas parlamentares terão, em 2024, o valor recorde de R\$ 53 bilhões. De acordo com o relatório, serão R\$ 25 bilhões para as emendas individuais e R\$ 11,3 bilhões para as emendas de bancadas estaduais, ambas de execução obrigatória. Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) terão R\$ 163,9 milhões, que o governo pode contingenciar. Além disso, foram criadas emendas de comissões da Câmara e

As restrições orçamentárias já são conhecidas, muito em função do poder exercido pelo Capital Financeiro, que desde a década de 1970, vem assumindo o eixo condutor do processo de acumulação de Capital e o resultado disso é que 28,9% do total da Dívida Pública está nas mãos das instituições financeiras; e 23,5% com os fundos de investimento. Mais do que isso, as dívidas de curto prazo representam cerca de 20% da Dívida, exigindo ainda mais esforços fiscais para o pagamento dos serviços da dívida (os juros) e obviamente esse cenário tem reflexo na forja dos recursos orçamentários para custeio e investimento.

### 3 – Mesas de Negociações

Em Mesas anteriores, inclusive na 6ª Mesa Nacional de Negociação Permanente (18/12/2023)<sup>4</sup>, o governo apresentou às entidades que fazem parte do FONASEFE e FONACATE, uma proposta de reajuste nos valores dos benefícios auxílios a partir de maio de 2024, passando os mesmos para os seguintes valores: R\$ 1.000,00 (51,9%) no vale alimentação; R\$ 215,00 (51%) no subsídio per capita saúde suplementar; e de R\$ 484,00 (51%) no auxílio-creche. Já em relação ao reajuste salarial, naquela Mesa o Governo também afirmou que pretende garantir, apenas para 2025 e 2026, o mesmo índice de 18% de reajuste salarial concedido aos servidores do Legislativo e Judiciário no período 2023-2026. Porém, nesse caso, seriam descontados os 9% concedidos em maio de 2023, restando apenas 9% dividido em duas parcelas: 4,5% para 2025 e mais 4,5% para 2026. Em contraproposta já enviada ao Governo Federal, os SPF, do grupo no qual o magistério federal se enquadra, apresentaram uma nova proposta de reajuste linear: 7,06% para 2024, 2025 e 2026 respectivamente. A próxima reunião (7ª) desta Mesa Nacional acontecerá dia 28/02.

Com relação à Mesa de Negociação Específica da Educação (3ª Mesa)<sup>5</sup>, cuja primeira reunião ocorreu em 04/09/2023 e a segunda em 03/10/2023, na nova rodada, ocorrida em 22/02/2023, o governo apresentou uma proposta de malha salarial para o EBTT (Ensino básico

---

do Senado, que não estavam na previsão inicial do governo e foram o motivo do corte de R\$ 17 bilhões do PAC. Esses recursos não serão de pagamento obrigatório, mas há o compromisso do Executivo de realizar sua execução, seguindo a indicação dos integrantes das comissões temáticas do Congresso.

<sup>4</sup> A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), foi retomada em julho de 2023 e trata das negociações salariais entre o governo e o conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF).

<sup>5</sup> <https://proifes.org.br/em-terceira-reuniao-da-mesa-de-negociacao-especifica-da-educacao-proifes-federacao-debate-a-reestruturacao-de-carreira-dos-docentes/>

técnico e tecnológico) e o MS (Magistério Superior) que implicitamente é o reajuste de 4,5% em 2025 e de 4,5% em 2026, mencionado na última reunião da Mesa Nacional. Também, na reunião do dia 22, o Proifes Federação apresentou uma contraproposta de reposição de perdas via reestruturação da Carreira (<https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Proposta-Mesa-Especificada-2024-FINAL-1-2.pdf>).

Em resposta às demandas do Proifes-Federação, o negociador do governo, José Lopez Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI), afirmou não ser possível aceitar propostas em que haja redução do tempo na carreira, visto que o governo federal tem trabalhado no alongamento das demais carreiras, considerando 20 anos como o tempo ideal. Além disso, o Secretário apresentou uma proposta de malha salarial para o EBTT (Ensino básico técnico e tecnológico) e o MS (Magistério Superior) que implicitamente é o reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, mencionado na última reunião da Mesa Central.

O PROIFES expressou que essa proposta não avança na recuperação das perdas acumuladas desde março/2015 (até janeiro de 2024 é de 35,51%) e mal repõe o IPCA projetado para os anos 2024, 2025 e 2026. Sinalizou que irá continuar defendendo suas demandas na Mesa de Negociação e que espera convencer o governo da justiça destas. Um ponto importante que foi ressaltado pelos representantes da Federação: a cobrança ao governo que a malha salarial das carreiras do EBTT e do MS contemple o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público (hoje em R\$4.580,57). Observou, ainda, que o salário atual do professor graduado 40h do EBTT e do MS é de R\$ 3.412,63. Portanto, estamos muito longe do piso e que o governo federal tem de dar o exemplo no cumprimento do piso para os professores federais. Outros pontos salientados nesta 3ª Mesa podem ser acessados no site do Proifes-Federação ([proifes.org.br](http://proifes.org.br))<sup>6</sup>.

#### **4. Encaminhamentos para as lutas pela reposição das perdas salariais**

A posição do CD, reforçada pela Diretoria, é de que ainda não temos uma resposta positiva do governo à nossa Pauta e muito menos nos aspectos salariais. Portanto, não há um verdadeiro processo negocial, mas sim a reafirmação por parte do governo de sua política econômica (restrições orçamentárias e fiscais) e da sua "reforma" administrativa (gestão de carreiras).

Reforçamos a necessidade de que o Governo se disponha a abrir negociação de modo que até 2026 a malha salarial das carreiras do magistério federal (EBTT e MS) contemple o cumprimento do Piso Nacional do Magistério, e assim consigamos, ainda que

não seja total, avançar na reposição das perdas salariais acumuladas. O GT Carreira do Proifes Federação está trabalhando numa contraproposta, a ser debatida na base e posteriormente encaminhada ao governo, com uma malha salarial que tenha previsão de ter o piso contemplado em 2026 e que não altera o tempo da atual carreira (19 anos).

Diante disso e aguardando a Mesa Nacional de Negociação, dia 28 de fevereiro próximo, sugere-se:

- a) Realizar reuniões e AGs para debater tal situação e a contraproposta a ser encaminhada ao governo.
- b) Tirar encaminhamentos para as lutas: local e nacional.
- c) Estabelecer conversa com os parlamentares de cada estado, especialmente os da base do governo, pedindo apoio e resolução positiva às nossas reivindicações (proposta do Proifes).
- d) Quando possível, atuar em conjunto com as demais entidades do campo educacional e dos SPFs.

**Brasília, 23 de fevereiro de 2024**

Francisco Wellington Duarte  
Presidente do Proifes-Federação